



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Publicado no D. O. E. n.º 27.742

de 27/06/94 p. 19

do 22 caderno

RESOLUÇÃO N.º 3.556

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 72, DO REGIMENTO INTERNO,

CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 71, § 5º DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL,

CONSIDERANDO A COMPETÊNCIA DESTA CORTE DE CONTAS, CONSOANTE DISPÕE O ARTIGO 25 DA LEI Nº 5.654, DE 23 DE JANEIRO DE 1991 (LEI ORGÂNICA DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ),

CONSIDERANDO QUE REFERIDA LEI DETERMINA, EM SEU ARTIGO 30, INCISO II, QUE AS PREFEITURAS, CÂMARAS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES INSTITUÍDAS E MANTIDAS PELO PODER PÚBLICO DEVEM ENCAMINHAR A ESTE TRIBUNAL ATÉ TRINTA (30) DIAS APÓS ENCERRADO O TRIMESTRE BALANCETES TRIMESTRAIS E ATÉ 31 DE MARÇO DO ANO SUBSEQÜENTE AO EXERCÍCIO ENCERRADO O BALANÇO GERAL,

CONSIDERANDO QUE ESSES PRAZOS JÁ SE ENCERRARAM SEM QUE VÁRIOS PREFEITOS, PRESIDENTES DE CÂMARAS E DIRIGENTES DE AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES TENHAM CUMPRIDO COM ESSA DETERMINAÇÃO LEGAL COM REFERÊNCIA ÀS PRESTAÇÕES DE CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1993,

CONSIDERANDO QUE A NÃO PRESTAÇÃO DE CONTAS NOS PRAZOS LEGAIS IMPLICA EM DECLARAR OS ADMINISTRADORES MUNICIPAIS EM DÉBITO COM O DEVER DE PRESTAR CONTAS DA CORRETA APLICAÇÃO DO DINHEIRO PÚBLICO,

-CONT-



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

-02-

RESOLUÇÃO N.º 3.556

CONSIDERANDO QUE O EGRÉGIO PLENÁRIO DESTA CORTE, EM SESSÃO REALIZADA NO DIA 29 DE JUNHO DE 1993, ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO N.º 3.228 DETERMINOU O ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS DE 1989, 1990, 1991 E 1992,

CONSIDERANDO PROPOSIÇÃO APRESENTADA NESTA DATA, APROVADA POR VOTAÇÃO UNÂNIME, CONFORME CONSTA DA ATA DA SESSÃO,

**R E S O L V E** PROMULGAR A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

I - DETERMINAR AOS AUDITORES QUE ENCERREM A INSTRUÇÃO DOS PROCESSOS DE PRESTAÇÕES DE CONTAS DE PREFEITURAS, CÂMARAS E DE MAIS ÓRGÃOS MUNICIPAIS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1993,

II - OS PROCESSOS A QUE SE REFERE O ITEM I DESTA RESOLUÇÃO QUE CONTIVEREM IRREGULARIDADES OU QUE ESTEJAM COM DOCUMENTAÇÃO INCOMPLETA, DEVERÃO SER ENCAMINHADOS À SECRETARIA-GERAL, QUE PROVIDENCIARÁ A CITAÇÃO DO RESPONSÁVEL PARA APRESENTAÇÃO DA COMPETENTE DEFESA;

III - APRESENTADA OU NÃO A DEFESA, OS PROCESSOS, APÓS A CITAÇÃO, RETORNARÃO AO AUDITOR, PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO CONCLUSIVO, ENCAMINHANDO-SE, EM SEGUIDA, À AUDIÊNCIA DA PROCURADORIA;

IV - QUALQUER QUE SEJA A SITUAÇÃO CONSTATADA, OS PROCESSOS A QUE SE REFERE ESTA RESOLUÇÃO SERÃO JULGADOS NO ESTADO DE FATO EM QUE SE ENCONTRAREM;

-CONT-





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

-03-

RESOLUÇÃO N.º 3.556

V - NO JULGAMENTO, AS CONTAS SUSCETÍVEIS DE APURAÇÃO COMO DÉBITO LÍQUIDO E CERTO SERÃO DEVIDAMENTE QUANTIFICADAS E A DECISÃO DETERMINARÁ AOS PREFEITOS MUNICIPAIS QUE PROMOVAM A INSCRIÇÃO NA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO PARA COBRANÇA MEDIANTE EXECUTIVO FISCAL, NO PRAZO DE TRINTA (30) DIAS;

VI - AS CONTAS NÃO SUSCETÍVEIS DE QUANTIFICAÇÃO SERÃO CONSIDERADAS EM VALORES ILÍQUIDOS, DETERMINANDO-SE AOS PREFEITOS QUE PROPONHAM CONTRA OS RESPONSÁVEIS, NO PRAZO DE TRINTA (30) DIAS, OS COMPETENTES PROCEDIMENTOS JUDICIAIS PARA ESTABELECER A RESPECTIVA LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA, COMO DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO;

VII - A FALTA DE INICIATIVA DOS PREFEITOS NO PRAZO FIXADO PELO TRIBUNAL, IMPLICARÁ EM SOLIDARIEDADE CIVIL NA DÍVIDA, ALÉM DA RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA E CRIMINAL PELA FALTA DE EXAÇÃO;

VIII - COMUNICAR ESTA DECISÃO ÀS CÂMARAS MUNICIPAIS E AO MINISTÉRIO PÚBLICO, PARA AS PROVIDÊNCIAS DE SUAS ALÇADAS.

SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, EM 09 DE JUNHO DE 1994.

  
CONSELHEIRO IRAVALDYR ROCHA  
PRESIDENTE